

# **OPERAÇÃO CONDOR: O TERRORISMO DE ESTADO NO CONE SUL E O PAPEL HEGEMÔNICO DOS ESTADOS UNIDOS.<sup>1</sup>**

## ***CONDOR OPERATION: STATE TERRORISM IN SOUTH CONE AND THE HEGEMONIC ROLE OF THE US.***

RAÍSA GOMES DE OLIVEIRA

Ibmec/MG

E-mail: rgoliveir@gmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho analisa a Operação Condor, união entre as ditaduras militares do Cone Sul, bem como a influência da política externa norte-americana para a América Latina nesta conjuntura. Neste sentido, são apresentadas as justificativas políticas e ideológicas dos diferentes regimes militares latino-americanos para colocarem em curso essa operação sob a influência dos Estados Unidos.

**Palavras-Chave:** Ditadura Militar, Hegemonia norte-americana, Guerra Fria, América Latina.

### ***Abstract***

*This paper analyzes the Operation Condor, which was the union among the military dictatorships of Latin America, as well as the historical context of the influence of American foreign policy for Latin America. The proposal is to analyze what were the political and ideological justifications of military regimes that led to this operation under United States influence.*

**Key-Words:** Military Dictatorship, U.S. Hegemony, Cold War, Latin America.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é resultado da pesquisa iniciada como parte do projeto de monografia da Faculdade IBMEC/MG.

## Introdução

**A** Operação Condor, criada em 1975, no Chile de Pinochet, foi iniciada com a Conferência Regional de Inteligência Nacional. Consistia, inicialmente, em um sistema integrado de troca de informações entre os países da América do Sul, em que os principais atores eram adidos militares. Utiliza-se a expressão “articulação multinacional do terror” para definir o que foi essa coordenação entre as ditaduras militares do Cone Sul das Américas, ou seja, entre as forças de repressão do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia. “Na reunião de 26 de novembro de 1975 foi dado o nome de Condor à operação, em homenagem à ave nacional chilena” (DINGES, 2004: 21). A conferência passaria a se chamar, então, Sistema de inteligência Condor.

Além da troca de informações entre os diferentes países, ações foram tomadas para deter os opositores desses regimes militares onde quer que estivessem. Isso significou perseguir e eliminar guerrilheiros comunistas e líderes políticos civis que defendiam a democracia. Como aponta Souza (2011), essa conexão entre os governos militares sul-americanos, com o apoio da Agência Central de Inteligência (CIA), culminou na morte de cerca de 30 mil pessoas, além de 400 mil presos e 4 milhões de exilados. “O terrorismo de Estado foi praticado em escala internacional, possibilitado pela aliança supranacional de países sul-americanos e apoio incondicional do governo norte-americano” (SOUZA, 2011: 160).

Neste artigo, primeiramente, será analisada a esfera de influência norte-americana no continente latino-americano no contexto da Guerra Fria. Tal análise é beneficiada pela desclassificação de documentos que possibilitando maior entendimento dos acontecimentos das décadas de 1970 e 1980 na América do Sul. Em seguida, estuda-se o que foram os Anos do Condor e quais foram as justificativas políticas e ideológicas dos regimes militares sob a liderança contra insurgente norte-americana à luz da Doutrina da Segurança Nacional (DSN).

## **A hegemonia norte-americana no Cone Sul e a trajetória da Política Externa**

Para facilitar a compreensão das ações que levaram a formação da Condor, é preciso entender, primeiramente, a trajetória da política externa norte-americana para a América Latina do início séc. XIX ao período da Guerra Fria. De acordo com Pecequillo (2011), desde a

independência dos Estados Unidos, em 1776, até a sua consolidação como potência hegemônica no pós Segunda Guerra Mundial, a política externa norte-americana atravessou diversas fases, cada uma correspondendo a um tipo e uma forma de comportamento no sistema internacional.

Até o séc. XX, a política externa norte-americana foi marcada pelo isolacionismo e unilateralismo. Mas, mesmo antes do envolvimento mais direto no sistema internacional, os Estados Unidos já demonstravam interesses em nível hemisférico. Esse ativismo foi precedido por duas importantes iniciativas de política externa: A Doutrina Monroe<sup>2</sup> (1823) e a I Conferência Pan-americana<sup>3</sup> (1889). “A Doutrina Monroe foi uma política unilateral que veio a justificar a intervenção norte-americana na área do Caribe, enquanto o pan-americanismo foi baseado em uma ideia de igualdade e cooperação” (ATKINS apud PECEQUILO, 2011: 67).

Neste sentido, uma ameaça produzida ao hemisfério, interna ou externamente, era uma ameaça aos Estados Unidos, devendo ser prevenida e, quando necessário, eliminada. O interesse norte-americano na região era precedido pela exclusão de ameaças externas e o encorajamento da estabilidade doméstica. Com a Doutrina Monroe lançada em 1823, os Estados Unidos reafirmaram sua hegemonia no continente na tentativa não apenas de reconhecimento dos novos Estados independentes, mas também para afastar qualquer possibilidade de uma nova presença europeia no continente.

À Doutrina Monroe, seguiu-se a Primeira Conferência Pan-americana (1889), o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904), a Diplomacia do Dólar, as intervenções regionais de 1900 a 1930 e a Política da Boa Vizinhança (1930 a 1945). Em cada uma dessas iniciativas, embora variando as táticas, os objetivos norte-americanos mantiveram-se constantes: preservar a especificidade do sistema hemisférico, proteger e expandir seus interesses dentro dele (PECEQUILO, 2011: 73).

Ainda, com a necessidade de se eliminar movimentos de caráter revolucionário, ocorreram, por motivos econômicos ou políticos, mais de trinta intervenções militares na América Latina entre 1898 e 1934. Porém, com a Grande Depressão (1929) as intervenções se tornaram custosas. Assim, se dá início à Política da Boa Vizinhança, que representou uma mudança abrupta na política norte-americana, retirando as tropas que estavam no continente,

---

<sup>2</sup> “América para os americanos”. A doutrina pregava o fim da interferência europeia no continente americano.

<sup>3</sup> As Conferências Pan-americanas foram reuniões de delegados, ministros de relações exteriores e presidentes nacionais da América que ocorreram entre 1889 e 1954 dentro das ideias e princípios do pan-americanismo. A I Conferência foi uma iniciativa dos Estados Unidos para aumentar seu comércio com o resto de América do Sul.

abandonando as intervenções armadas e interferências políticas e econômicas, seguindo-se a um processo de reconhecimento das nações da América Latina como soberanas e parceiras igualitárias dos EUA.

Os Estados Unidos não abandonaram a premissa básica de eliminação das ameaças externas no hemisfério, mas agora a mudança se deu no campo da cooperação e não mais na coerção. Após a Segunda Guerra Mundial, como aponta Pecequilo (2011), houve o abandono do eixo isolacionista no sistema internacional e o engajamento efetivo dos Estados Unidos que gerou uma deterioração no relacionamento hemisférico, colocando- em posição secundária na agenda externa norte-americana, visto que a América Latina possui uma localização estratégica de acordo com a política norte-americana, e foi esse pensamento determinante para não se preocuparem de fato com o hemisfério em um primeiro momento durante a Guerra Fria.

Foram criados mecanismos de cooperação político e militar, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)<sup>4</sup> e a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>5</sup>. Ambos significavam a tentativa de cooperação e aproximação da parceria dos EUA com o continente, porém ideais como identidade e parceria continental permaneceram ignorados.

Da parceria à negligência dos EUA frente ao hemisfério, e devido à pouca efetividade das medidas adotadas para os estados latino-americanos, Pecequilo (2011) mostra que a insatisfação na América Latina com os Estados Unidos começou a crescer, e a influência do comunismo que até então não era considerado perigo, em meados dos anos 50, se tornou uma ameaça aparente. “A insatisfação latino-americana somada com a crise social e econômica em que o continente estava inserido trouxe a vontade de mudanças de busca por alternativas” (PECEQUILO, 2011: 222). Assim, houve o aprofundamento da ideologia da esquerda em países como Brasil, Chile e Argentina buscando-se um modelo alternativo de desenvolvimento.

---

<sup>4</sup> O TIAR, tratado interamericano de assistência recíproca, é um tratado de segurança coletiva com a América Latina de defesa mútua baseado na “doutrina da defesa hemisférica”.

<sup>5</sup> A OEA, organização dos estados americanos, é um organismo regional que busca reforçar os laços no campo da cooperação política.

Trabalhando na lógica da política de contenção, para evitar a propagação do ideal comunista no continente americano, os EUA passaram a tomar medidas mais efetivas. Defende Smith

Com o desenrolar da Guerra Fria, os EUA e os governantes militares na América Latina juntaram-se em uma cruzada de três partes para barrar a influência dos comunistas através de (1) eliminação virtual dos partidos comunistas (...) (2) afirmação do controle estatal sob os movimentos trabalhistas e (3) a exclusão diplomática da URSS do hemisfério ocidental (1996: 131).

Subordinado ao objetivo de prevenir a expansão do comunismo, o governo dos Estados Unidos apoiou golpes e regimes militares que aconteceram nos anos de 60 e 70 na América Latina, principalmente devido à ameaça que a Revolução Cubana (1959) trouxe para o continente. “A primeira ação se deu na Guatemala em 1954, quando o país auxiliou a derrubada do presidente eleito, Jacobo Arbenz, cujo programa era considerado esquerdista” (ALBANO, 2006:113).

É importante ilustrar que os Estados Unidos lançaram um programa chamado “Ajuda Militar”, o qual na verdade dizia respeito ao fornecimento de armas, equipamentos e treinamentos aos ditadores militares da América Latina. O objetivo era manter a influência norte-americana, fornecendo equipamentos em troca da garantia da América Latina em defender o continente de ataques extracontinentais.

Segundo Fico (2008), a Revolução Castrista gerou uma mudança na política norte-americana para a América Latina, baseado no fortalecimento dos militares na América Latina e na política de ajuda econômica. Os EUA viram o crescimento econômico como primordial para se evitar revoluções no continente. Em 1961, então, foi lançada durante o governo Kennedy a Aliança para o Progresso<sup>6</sup>, com um discurso diplomático de ajuda econômica para a América Latina. Mas, na verdade, não passou de uma ajuda convencional. Fico (2008) mostra que Kennedy assumiu uma postura mais flexível quanto às ditaduras militares na América Latina. Em 1964, foi lançada durante o governo Johnson, a Doutrina Mann, segundo o qual os EUA deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas.

---

<sup>6</sup> O programa de ajuda externa norte-americana orientada para a América Latina lançado nos anos 60 durante a gestão de J. F. Kennedy (1961-63) se constituía de um plano de cooperação decenal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político. Esse projeto constava de três elementos, percebidos como interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política (SCHLESINGER apud MATOS, 2008: 359-360).

A política externa dos Estados Unidos para a América Latina marca-se pela carência de importância, voltando quase que exclusivamente para a Europa. Com a tomada do poder pelos comunistas em Cuba e o fracasso da visita de Nixon nos países da América Latina, os EUA adotaram uma nova política externa para o continente, instalando-se programas militares e de reforma social e econômica.

Esses fatores demonstram como o objetivo se manteve focado sempre na contenção do comunismo no continente. Da “Aliança para o progresso”, passando pela “Doutrina Mann” é possível perceber como o discurso anticomunista dos EUA foi empregado durante a Guerra Fria, o que tornou a influência norte-americana a grande base catalisadora para os regimes militares na América Latina.

### **A CIA e a Operação Condor**

Atualmente, através da análise de documentos desclassificados, destaca-se a importância da Agência Central de Inteligência (CIA) na organização das redes de inteligência transnacionais que formaram a Condor. Evidenciando-se que tal operação foi um programa apoiado pela CIA, com a aprovação dos EUA. Através da CIA, os Estados Unidos encorajaram os seis países da Operação Condor a desenvolver e manter duros governos de repressão e extermínio daqueles considerados subversivos.

A Operação Condor teve também como objetivo facilitar ainda mais as ações criminosas dos Estados Unidos através da CIA (covil de torturadores criminosos, assassinos, informantes, contrabandistas e mafiosos). Quantias fabulosas foram enviadas para promover, sustentar o terrorismo de Estado em toda a América Latina. (PLÁCIDO, 2009: 7)

O Senado dos Estados Unidos criou a *Church Committee*<sup>7</sup> em 1975 que investigou as acusações de intervenções no Chile. Essa comissão, além de revelar que os EUA apoiaram o candidato Frei - de direita - temerosos pela vitória de Allende e com ele um governo socialista no continente, ela revelou também que a CIA destinou fundos para a campanha de Frei. “O auxílio e o investimento norte-americano direto multiplicaram-se com o Chile recebendo mais ajuda per capita do que qualquer outro país da América Latina” (ALBANO, 2006:115).

---

<sup>7</sup> O Church Committee é um Comitê criado pelo Senado dos Estados Unidos em 1975 para estudar as Operações Governamentais em matéria das atividades de inteligência. O comitê, presidido pelo senador Frank Church, investigou a ilegalidade da CIA e do FBI.

Dinges (2004) mostra que Henry Kissinger, assessor de segurança nacional do governo de Richard Nixon (1969 – 1974), foi um dos principais atores contra o governo de Salvador Allende no Chile, o que gerou mudanças nas diretrizes da política norte-americana para a América Latina. A CIA com isso concordava com os planos de derrubar Allende do poder, e assim forneceu armas e dinheiro para sequestrar e assassinar o comandante das Forças Armadas chilenas, René Schneider, alegando que o mesmo era um obstáculo no caminho dos militares que pretendiam um golpe de estado para a derrubada de Allende, e assim manter a balança de poder.

A CIA contratou brasileiros no Brasil, chilenos no Chile. Eles não eram cidadãos norte-americanos, sob a proteção do Departamento de Estado, mas as pessoas locais que trabalhavam para a CIA. A CIA estava por trás das operações repressivas. Pessoas como eu, nunca teve suas mãos sujas. Nós motivávamos agentes locais, dávamos dinheiro e equipamentos, e eles fizeram o resto, eles têm as mãos sujas” (AGEE apud McSherry, 2005: 248).

Os documentos do *Church Committee* alegam que o governo norte-americano comprou uma emissora de rádio no Chile, concedeu subsídios ao jornal *El Mercurio* e, através da CIA, forneceu 350 mil dólares para a candidatura de Alessandri, tentando sabotar a candidatura de Allende. Foi instituído assim, o Comitê 40, o qual era presidido por Kissinger, e tinha como objetivo exercer controle político sobre as ações encoberta no exterior.

Segundo Albano (2006), quando Allende foi eleito, o auxílio bilateral dos EUA foi reduzido de US\$ 35 milhões em 1969 para US\$ 1,5 milhão em 1971. Os créditos do Eximbank<sup>8</sup> passaram de US\$ 234,6 milhões em 1967 para zero em 1971, além de ter levado o Chile a mais baixa qualificação creditícia. O Banco Mundial não concedeu empréstimos durante o mandato de Allende, além do Departamento de Estado dos EUA ter analisado a possibilidade de expulsar o Chile da OEA como foi feito com Cuba em 1962.

Dinges (2004) também demonstra que a CIA participou ativamente do treinamento dos agentes do DINA (Dirección de Inteligencia Nacional) e no fornecimento de aparatos técnicos. O governo norte-americano participou também do treinamento dos militares latino-americanos na chamada Escola Militar das Américas, instalado no Panamá em 1961. O

---

<sup>8</sup> O Export-Import Bank (Ex-Im Bank) é a agência de créditos oficial do governo dos Estados Unidos. A agência funciona com relativa autonomia do governo. Foi estabelecida pelo congresso em [1934](#) com o intuito de financiar e garantir compras de [mercadorias](#) norte-americanas para clientes incapazes de aceitar os riscos do crédito numa época em que os investimentos privados se retraíam

fornecimento de dinheiro dos EUA para a América Latina contabilizado em bilhões de dólares chegou a somar US\$ 1,3 bilhão na compra de equipamentos militares e treinamentos.

## **A América Latina no Século XX**

A Guerra Fria, refletindo um conflito de ideologias, influenciou todo o globo. Na América Latina essa conjuntura foi determinante para a união entre os regimes militares na década de 1970. O sistema internacional bipolar foi marcado por uma política de contenção dos Estados Unidos contra um inimigo claro: a União Soviética. A necessidade de conter o comunismo em todo o globo e, principalmente, na América Latina impôs forte presença militar, política, econômica e cultural dos Estados Unidos.

É nesse contexto que se desenrola o terrorismo de Estado na América Latina, em um sistema internacional bipolar, marcado pela liderança norte-americana no Cone Sul, com uma doutrina de contenção do comunismo. E foi assim que a América Latina, segundo Bethell (1994), é vista muitas vezes como um continente onde, nos séc. XIX e XX, a arquitetura formal da democracia tem sido uma fachada velada para os tiranos civis e militares que impuseram a sua vontade sobre os povos conservadores e atrasados.

“Os países da América Latina no século XX, mais especificamente a partir dos anos 1930, não eram impérios, monarquias e nem repúblicas socialistas. Os países da América Latina eram repúblicas” (BETHELL, 1994:18). Ainda de acordo com o autor, nas primeiras décadas do século XX os principais países da América Latina tinham conseguido estabelecer, pelo menos, 'democracias oligárquicas'. A Argentina (desde 1916) e Uruguai (desde 1918) eram democracias com sufrágio universal masculino. No entanto, na América Latina o advento da depressão mundial na década de 1930 desencadeou forças que prejudicou o andamento do governo representativo.

No final da Segunda Guerra Mundial, houve um breve período de democratização na região, mas as democracias foram varridas no final de 1940 e início de 1950 (Bethell,1994). Outra virada mais profunda para o regime democrático ocorreu no final de 1950. Mas, durante os anos 1960 e 1970, vários países retornaram ao governo militar. Somente na década de 1980

houve um recuo significativo do controle militar direto de governo em toda a região. Muitos países da América Latina entraram na década de 1990 sob o governo democrático.

De fato, esses países tiveram uma exposição muito menor à guerra internacional do que outros Estados do mundo no século XX. A estrutura política normativa da região incluía eleições regulares, separação de poderes, uma determinada autonomia para o sistema jurídico e para a imprensa e alguma aparência do federalismo. Nos anos 1930, devido ao crescimento urbano, da elite e das forças armadas nos Estados da América Latina, uma nova demanda social emergiu.

A primeira metade da década de 1930 na região foi destinada a superação dos efeitos da depressão de 1929 sobre uma economia latino-americana que havia sido aberta ao livre fluxo do comércio internacional. A segunda metade da década de 1930, além da economia os dirigentes dos Estados tinham que se preocupar com opções estratégicas diante do conflito mundial. E após 1939, o desafio era administrar as relações exteriores no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Foi na década de 1930 que a América Latina adquiriu um novo perfil de desenvolvimento econômico. De acordo com Bethell (1994), a economia latina americana passou do crescimento econômico baseado em exportações, para um desenvolvimento voltado para dentro, sustentado pela industrialização para substituição de importações, o que fez surgir novas forças econômicas, sociais e políticas. Ainda, segundo o autor, durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, a economia latina americana passou para uma economia de guerra nos principais países industriais. Houve um aumento dos preços dos produtos importados, junto com superávits comerciais e os déficits orçamentários, provocando uma inflação interna. Essa inflação então contribuiu para as subversões políticas que se seguiram na América Latina.

Depois da Segunda Guerra Mundial, se alastrou um descontentamento social na América Latina e a população começou a demandar novos direitos. “Milhões de pessoas vivendo em péssimas condições, má nutrição, e alta taxa de mortalidade infantil geraram a base para movimentos por mudanças, que geralmente terminavam em repressão” (McSHERRY, 2005: 2). O autor aponta ainda que com a insatisfação social, cresceu também o nacionalismo do

Terceiro Mundo. Líderes e intelectuais latino-americanos exigiram o fim das práticas neocoloniais e o controle dos recursos naturais, dado que segundo eles, era esse o motivo do subdesenvolvimento do terceiro mundo. Revolucionários buscaram a nacionalização das empresas estrangeiras, juntamente com uma maior participação política, reforma agrária, educação, o fim da repressão e justiça para os oprimidos. Os intelectuais latino-americanos formularam teorias da dependência, que seguia a linha de que a extração dos recursos naturais roubou a riqueza e as possibilidades de desenvolvimento da região.

Em 1959, estourou a revolução cubana, o que gerou desafios a hegemonia norte-americana. McSherry (2005) mostra que a revolução cubana enviou ondas de choque através da região, iniciando novos movimentos sociais (incluindo várias organizações guerrilheiras), bem como reações de direita. Todos os setores da sociedade, como operários, estudantes, intelectuais e religiosos exigiram soluções para o subdesenvolvimento, a injustiça e a falta de democracia. Assim, em meio a essa mobilização social, os estrategistas de segurança nacional dos EUA começaram a considerar amplos setores das sociedades do Cone Sul como potencial ou efetivamente subversivos. A ameaça era vista pela eleição de líderes de esquerda que pudessem legitimar suas ideias.

### **A Guerra Fria na América Latina**

Tendo a Guerra Fria como pano de fundo, verificou-se uma real polarização entre esquerda e direita na América Latina. O Cone Sul passou a sofrer golpes militares, com a instauração de ditaduras apoiadas pelos EUA, sob o pretexto de combate ao comunismo como foi no Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil. De acordo com Bobbio (2009), a palavra ditadura tende a designar toda classe dos regimes não democráticos, e possui as seguintes características: a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de largos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; a precariedade das regras de sucessão no poder.

Já Plácido (2009) define ditadura militar como uma forma de governo cujos poderes políticos são controlados por militares, e nos países que deram origem à Operação Condor, os militares tomaram o poder através de um golpe de estado.

Em 1976, de 21 países da América Latina, 14 tinham governos militares. 2/3 da população viviam sob truculentas ditaduras militares. A violência e a crueldade das forças repressivas deixaram atordoada a consciência da humanidade, ultrapassando

em bestialidade, não em número de mortos, até o próprio nazismo. (PLÁCIDO, 2009: 7)

Na América Latina, entre os anos de 1960 a 1980, os países do Cone Sul foram submetidos a regimes militares. Apesar de terem se constituído regimes distintos, todos tinham em comum um discurso anticomunista e buscaram respaldar sua legitimidade na ideologia da segurança nacional. De acordo com Penna (2009), a violência política sempre esteve presente juntamente com a desigualdade e a instabilidade. A Guerra Fria em parte decorreu desses fatores, mas a polarização ideológica entre comunismo e capitalismo, além da inspiração de movimentos terceiro-mundistas fez com que o período fosse marcado de forma tão trágica e cruel.

Os soviéticos, buscando exercer sua influência comunista na América Latina, financiaram guerrilheiros tentando repetir a revolução cubana de 1959, o que não logrou êxito. O que os soviéticos viam no continente americano era uma grande influência “vermelha”, mas na verdade, havia divisões nas esquerdas, força das oligarquias e a vontade dos moderados em reformas pacíficas.

Os EUA buscaram extinguir a influência soviética também através da defesa de seu modelo econômico no continente. O presidente John Kennedy lançou o programa Aliança para o Progresso, um programa de ajuda financeira com a iniciativa de promover o desenvolvimento econômico da América Latina, e assim, trazer paz e estabilidade para a região. Sem sucesso, o governo norte-americano promoveu, então, o financiamento dos regimes autoritários anticomunistas. Assim, os EUA não podiam ignorar os avanços soviéticos no continente, o que resultou em medidas mais rigorosas de contra insurgência e apoio aos regimes ditatoriais no Cone Sul.

### **Os Golpes Militares No Cone Sul e a Doutrina da Segurança Nacional**

As ditaduras militares ocorridas na América Latina durante a Guerra Fria dispunham de um discurso homogêneo em que era necessário acabar com a ameaça do inimigo, o comunismo. A prática adotada foi a tomada do poder pelos militares para instaurar a segurança no continente. O cenário político dos anos 1960 e 1970 ainda foram marcados pela aliança da elite burguesa com os militares, numa tentativa de ascensão ao poder, o que resultou na exploração da classe trabalhadora. “Os regimes militares representaram o interesse de três

grupos específicos: a hierarquia militar, a elite econômica e as corporações transnacionais. As classes subordinadas perdem seus direitos como cidadãos” (DONGHI apud McSHERRY, 2005: 26).

Como dito anteriormente, os regimes militares contaram com o apoio dos EUA, na luta contra o comunismo. São exemplos disso as ditaduras do Paraguai (1954), Brasil (1964), Bolívia (1964), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976), estendendo-se até a década de 1980. A Doutrina de Segurança Nacional surgiu primeiramente nos Estados Unidos em 1947 como tentativa de conter o avanço do comunismo. De acordo com Comblin (1980), a doutrina Truman formulada em 1947 dizia que a segurança dos EUA estava em jogo em qualquer lugar onde o comunismo ameace impor-se a povos livres. “A meta de toda política nacional é a defesa do interesse nacional” (COMBLIN, 1980: 109). O objetivo da DSN era estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, tendo como concepção que a guerra e a estratégia tornaram-se a realidade e resposta para tudo, a Doutrina de Segurança Nacional era a resposta para a Guerra Fria.

Durante a década de 1950, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), criada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e pela Escola Nacional de Guerra começou a se disseminar através de três maneiras no plano militar: reuniões dos chefes militares, programas de ajuda militar ou de venda de armas e através do treinamento de oficiais e de outros especialistas em suas escolas militares. Na verdade, como explica Simões (2009), houve uma reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional para a América Latina, e a sua porta de entrada se deu com a Declaração de Caracas de 1954, quando na X Conferência Interamericana os Estados Unidos conseguiram uma condenação na OEA pela intervenção do comunismo na América Latina, declarado pelos norte-americanos, obviamente, encabeçado pela Guatemala.

Simões (2009) mostra ainda que, a partir de 1959, com a Revolução Castrista, os gastos norte-americanos para a América Latina aumentaram drasticamente, visto a justificativa de conter o avanço do comunismo no continente. A DSN foi difundida principalmente através das escolas militares para a América Latina: Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia.

A DSN fundamentava-se em um forte anticomunismo. Porém, um dos principais conceitos da DSN é a do inimigo interno; qualquer um poderia ser um inimigo, desde que se opusesse ao regime militar. Nessa concepção o comunismo não seria um inimigo externo, mas viria de dentro das fronteiras nacionais, o que explica as medidas repressivas tomadas pelos regimes militares para com os seus nacionais. Outro conceito importante é referente à política externa. De acordo com a DSN não há distinção entre política interna e externa, o que mais uma vez ajuda a explicar as medidas tomadas na Operação Condor, pois a união entre os regimes militares foi responsável por ultrapassar barreiras estatais na busca de subversivos.

“A DSN pode ser considerada uma doutrina politizada da guerra interna e da contra revolução, que deu a milhares de militares uma missão messiânica: refazer seus Estados e eliminar a subversão” (McSHERRY, 2005: 3). Como mostra o autor, os contrainsurgentes acreditavam que o comunismo tinha infiltrado em suas sociedades, e assim, a doutrina legitimava uma expansão política para as forças armadas, ainda que com métodos extralegais, para combater a subversão.

A DSN conectou o bem estar social com a segurança nacional, ou seja, se a segurança for ameaçada, todas as medidas podem ser tomadas para sacrificar o bem estar social como a limitação da liberdade e os direitos do cidadão. O que demonstra a influência da DSN nos golpes militares na América Latina, que foi caracterizado pelas violações do bem estar social cometido pelos regimes militares do Cone Sul. Neste sentido, a estratégia dos EUA obteve sucesso ao ajudar a surgir na América Latina regimes militares autoritários enquadrados na doutrina e no sistema de segurança nacional.

### **A Operação Condor nas Relações Internacionais**

Como visto anteriormente, a Operação Condor foi uma verdadeira manifestação de ‘terrorismo de Estado’. Uma coordenação tão extensa, que envolveu países em uma luta impiedosa a grupos de dissensão política. Os Estados podem manipular o medo como uma forma de controlar a sociedade e assim manter o poder. O terror é usado não apenas para projetar o comportamento das vítimas, mas também sobre toda uma população. Enquanto as vítimas sofrem as consequências diretas, o alvo é todo o setor de uma sociedade.

De acordo com McSherry (2005), o objetivo subjacente do terrorismo de Estado é eliminar potenciais concorrentes de poder, impor o silêncio e a paralisia política, consolidando, assim, as relações de poder existentes. O fim próximo é para incutir terror na sociedade, o fim último é o controle. Assim, os alvos da Operação Condor eram pessoas que defendiam programas políticos, econômicos e sociais que estavam em desacordo com as ideologias e planos dos ditadores militares, seus aliados e principalmente, do governo norte-americano.

Seis países agiram conjuntamente em uma operação de terrorismo de Estado, ignorando a proteção dos direitos humanos e violando os princípios do direito internacional, ao não respeitar o direito dos refugiados e de asilados políticos. “A Operação Condor e os anos de repressão na América Latina nos anos da guerra fria representaram uma ‘solução’ militar para um problema antigo: a distribuição de poder e riqueza na sociedade humana, quem recebe o quê, como e porque”. (MCSHERRY, 2005: 6).

Segundo Crandall (2008), um elemento para entender as políticas norte-americanas para a América Latina requer que se determine em que ponto a política externa torna-se ‘retórica’. O que os governos dizem sobre uma questão em particular podem ser diferente do que o mesmo governo quer. Uma técnica útil de análise de política externa é separar políticas retóricas de políticas operacionais e intencionais. Assim, segundo o autor, política externa retórica é o que um governo diz publicamente; política operacional é a ação que o governo realiza; política intencional é uma serie de objetivos que os tomadores de decisão estão tentando realizar.

Crandall (2008) mostra que, de fato, manchetes como a Revolução comunista em Cuba e a multinacional guerra contra as drogas não teria sido tão importante para os formuladores de políticas dos EUA se não houvesse considerações políticas internas em jogo. O autor mostra ainda que os Estados Unidos não agem como um ator singular. Em épocas de crises, tomadores de decisão são forçados a tomar decisões com informações imperfeitas. Durante esses intensos momentos, as principais ideologias dos tomadores de decisão moldam fortemente suas decisões. Se considerar os EUA como um ator estático que não é influenciado por indivíduos específicos como membros do Congresso ou presidentes, tem-se o risco de não entender as reais motivações das políticas dos Estados Unidos.

Assim, o alcance e a ambição da política externa dos Estados Unidos são dirigidos em primeiro lugar pela sua posição no sistema internacional e, especificamente, pelas suas capacidades de poder materiais relativos, o que mostra um caráter realista. Para manter sua posição de hegemona, em um ambiente de Guerra Fria os EUA adotaram a política de contenção, visando conter o avanço do comunismo principalmente em suas principais áreas de influência, como foi no Cone Sul, o que gerou intervenções militares além de financiamento de ditaduras militares.

Conforme Bethell (1993), na maioria dos países latino-americanos a democracia sempre teve que enfrentar uma "opção de violência", exercida pelas forças de resistência à mudança (geralmente conservadores ou grupos empresariais aliados com os militares), das forças que defendem uma ruptura do status quo (o socialismo). O primeiro grupo, embora, por vezes, agindo em nome da democracia, geralmente tem justificado o uso da violência em termos da prevenção da anarquia, a ascensão do comunismo ou um colapso econômico.

Para entender o conceito de democracia, é utilizada a incorporação de três dimensões determinadas por Bethell (1994). A primeira é a contestação, seguida do constitucionalismo e por fim a inclusão ou participação. Como explica o autor, em uma democracia o governo é constituído por líderes que competem para o voto dos cidadãos em eleições regulares. A essência da contestação é a aceitação da legitimidade da oposição política, o direito de contestar titulares e substituí-los nos principais cargos de autoridade político. Contestação requer a proteção do Estado para a liberdade de expressão e de associação e a existência de eleições periódicas, livres e justas, capazes de traduzir a vontade dos cidadãos nas opções de liderança.

A segunda dimensão é o constitucionalismo, ou o respeito pela ordem constitucional. A democracia constitucional garante o direito de oposição para desafiar titulares apelando para o apoio da maioria dos cidadãos, e define e limita os poderes das autoridades governamentais. Ele também coloca limites à hegemonia de maiorias eleitorais ou seus representantes, com vista a proteger os direitos e preferências dos indivíduos e das minorias.

A terceira dimensão segundo o autor é a inclusão ou participação. Por definição democracias baseiam-se no conceito de soberania popular. Quando as democracias evoluem, as disposições

constitucionais ampliam para incluir maiores proporções da população adulta, através da eliminação das restrições à sufrágio com base na propriedade, alfabetização, gênero, raça ou etnia.

Após essa definição de democracia pode-se concluir que mesmo em períodos democráticos muitos países da América Latina podiam ser caracterizados de forma mais precisa como semidemocráticos, ao invés de completamente democrático, por causa das restrições sobre o constitucionalismo, a contestação ou a inclusão, incluindo eventual fraude eleitoral direta e manipulação. Mesmo com estruturas semidemocráticas, é fundamental destacar que o processo de construção democrática é reversível. No início de 1970 os países com uma longa tradição de norma constitucional e respeito pelo processo eleitoral, como Chile e Uruguai experimentaram falhas de regime profundas. Com certeza, esses processos podem ser afetados por choques internacionais ou o efeito da demonstração de uma série de colapsos de regime que incentivam e até legitimam as ações das forças antidemocráticas. O que explica, assim, a natureza cíclica de alguns dos padrões de mudança de regime na região.

No Chile, por exemplo, segundo McSherry (2005), o então presidente Salvador Allende (1970-1973), perseguiu uma mudança estrutural através da estrutura democrática, fortalecendo os grupos sociais e nacionalizando os setores industriais. Já no Brasil, o autor explica que João Goulart (1961-1964), desafiou o controle estrangeiro dos recursos naturais, propôs uma reforma agrária ampla, além de encorajar o setor esquerdista e populista da sociedade brasileira a participar da política. Na Argentina, enquanto havia organizações guerrilheiras despertando a atenção dos militares e seus aliados, mais ainda o fizeram os Peronistas e os setores da sociedade que demandavam mudanças radicais. Na Bolívia, o presidente Juan José Torres (1970-1971), iniciou um programa populista até ser derrubado por um golpe de Estado em 1971, enquanto no Uruguai, o partido de esquerda Frente Ampla entrou no processo eleitoral em 1971, mas foi recebida pela repressão dos militares uruguaios e seus aliados.

Segundo Rocha (2012), os caminhos rumo à democracia foram diferentes. No Brasil e no Chile as Forças Armadas tinham forte posição política e foram capazes de negociar a transição para o governo civil. Já na Argentina, o regime autoritário entrou em colapso após a derrota na Guerra das Malvinas contra o Reino Unido, e o novo poder civil prendeu os antigos ditadores militares e centenas de oficiais que se engajaram na repressão política.

Mas no século XX como mostra Rocha (2012), os países do Cone Sul enfrentaram um difícil processo de liberalização política, com golpes civis e militares, fraudes e retrocessos autoritários.

### **Os Anos Do Condor**

O Sistema de inteligência conhecida como Operação Condor foi inspirado na doutrina de segurança continental, que determinou inimigos ideológicos. Assim, de acordo com McSherry (2005), os regimes militares engajados na Operação Condor praticaram atos terroristas para destruir a “ameaça subversiva” da esquerda e defender o Ocidente. “Entende-se aqui que a denominação “subversiva” refere-se àqueles com ideias perigosas que desafiaram a ordem tradicional. Eram dissidentes, ativistas sociais ou revolucionários armados” (McSHERRY, 2005:1).

A revolução de 1959 em Cuba precipitou o movimento para a defesa do continente americano contra o comunismo. Abramovici (2001) mostra que um ano após a revolução castrista, o general Theodore F. Bogart, comandante do Comando Sul do Exército dos EUA convocou uma reunião para serem discutidos problemas comuns. Ainda de acordo com o autor, foi assim que nasceram as Conferências dos exércitos americanos (CEA). Realizadas todos os anos no Panamá, as reuniões se tornaram mais espaçadas a partir de 1965 e passaram a serem organizados a cada dois anos. É aí, nessas reuniões um pouco obsessivas, típicas da guerra fria e raramente abertas ao público, que se situa o coração do que se tornaria um dia a Operação Condor.

“O terrorismo de Estado foi praticado em escala internacional, possibilitado pela aliança supranacional de países sul-americanos e apoio incondicional do governo norte-americano” (SOUZA, 2011:160). O 11 de setembro de 1973 ficou marcado na história da Condor. Pinochet aplica um golpe de Estado no Chile, levando Salvador Allende e sua “revolução popular” ao fim. O golpe de estado não foi somente mais uma tomada de poder pelos militares, mas o início de uma guerra total justificada como “guerra ao terrorismo”, cujos alvos principais eram as forças políticas, que segundo Pinochet era contrária à democracia.

“Em 1975, o chefe da Dina (Direção de Inteligência Nacional) e ex militar chileno Manuel Contreras se encontrou com Vernon Walters, diretor-adjunto da CIA, reunindo esforços para se concretizar a Operação Condor” (SOUZA, 2011: 163). De acordo com Bauer (2007), Contreras viajou para os países vizinhos para convidar os chefes de governo para uma reunião, convencendo-os da importância da cooperação para eliminar os chamados subversivos da América Latina, e assim defender a sociedade ocidental e cristã.

Essa reunião aconteceu em 26 de novembro de 1975. Funcionários do Serviço de Inteligência dos seis países membros, entre eles coronéis, majores e capitães se reuniram por quase uma semana em Santiago no Chile para discutir como eliminar o comunismo na América do Sul. Como conta o autor, o nome Condor foi dado à operação devido à ave comedora de carniça dos Andes, um nome apropriado para uma operação sanguinária que unificou os serviços de segurança do Cone Sul.

A reunião entre Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina em Santiago tornou-se um acontecimento central em um dos períodos mais sombrios na história da América Latina, marcando o início da Operação Condor. Países antes conhecidos pela democracia submergiram no terrorismo, na guerra clandestina e em sistemas de repressão nunca antes experimentados.

Teve início na América Latina, sob a liderança geopolítica de Pinochet, uma espécie de efeito dominó invertido. Os países cujo sistema democrático fornecera um ponto de apoio à ideologia esquerdista caíram sob o domínio militar e foram sujeitos a uma limpeza política impiedosa – país após país (DINGES, 2004: 21).

A Operação Condor no intuito de ampliar os serviços secretos entre os países vizinhos fixou um campo de ação entre os limites de todos os países membros do então acordo. Já Souza (2011) argumenta que foi estabelecido facilidades para a ação de agentes dos países para a execução de operações repressivas conjuntas.

“O sistema da Condor vinculou a força militar de inteligência dos países membros ao status de organização transnacional, com foco em ação extraterritorial. O fato é que a Condor era, em essência, uma operação criminal transnacional” (McSHERRY, 2005: 4). A ideia principal da Operação Condor era perseguir e capturar os ditos subversivos de todas as nacionalidades, onde quer que residissem. Cada país membro permitia que as agências de inteligência de outros países membros operassem dentro de suas fronteiras para capturar exilados, interrogar e torturar prisioneiros. Como aponta McSherry, a Operação Condor não foi uma operação ad ***RICRI Vol. 1, No. 1, pp. 30-52***

hoc, mas uma operação muito bem organizada e bem equipada, com um plano sistematizado de treinamento, ações e centros de comunicações, com um centro de comando em cada país membro.

A Operação contou com três fases. A primeira fase segundo Dinges (2004) consistia basicamente na troca de informações. Requeria a criação de um centro para coletar, trocar e comunicar informações sobre pessoas e organizações ligadas ao comunismo. As fases dois e três já consistiam de operações, ou seja, planejar e executar uma ação que promova diretamente o objetivo militar ou político que a agência está tentando alcançar. Incluía: disseminação de propaganda, ou desinformação, para confundir o inimigo; controle dos movimentos dos indivíduos, localização de alvos inimigos e por fim realização de missões secretas para capturar e prender ativistas inimigos.

A fase dois tinha como alvos inimigos dentro das fronteiras dos países membros, enquanto a fase três incluía monitoramento e assassinato fora da América Latina. Assim, as ditaduras derrubaram as fronteiras geográficas e políticas, aboliram tratados de proteção a refugiados e desrespeitaram convenções internacionais de Direitos Humanos. McSherry (2005) vai além e apresenta alguns nomes das vítimas da fase três da Condor: O líder democrático chileno, Bernardo Leighton e sua esposa Ana Fresno em 1975 (Roma), Orlando Letelier, ministro do governo de Allende, em 1976 (Washington, D.C.), o presidente nacionalista da Bolívia, Juan José Torres, em 1976 (Buenos Aires), entre outros.

Os países membros da Operação preparavam terrenos para posteriores avanços com coordenações estruturadas, onde leis e tratados sobre asilo político, extradição, liberdades individuais e constitucionais foram sistematicamente evitados. A Operação Condor em si foi responsável por uma proporção relativamente pequena do total de mortes e violência, mas representa o pior e definitivo afastamento do estado de direito e da sociedade civilizada.

## **Considerações Finais**

Como analisado no artigo, as origens da Operação Condor podem ser atribuídas à doutrina e prática de contra insurgência. Assim, foram produzidos, na América Latina, Estados predatórios liderados por militares que se acreditavam envolvidos em uma guerra ideológica

que ditava a contenção do inimigo interno. Essa Guerra de contra insurgência foi utilizada para desencorajar os movimentos populares de reformas políticas e socioeconômicas, preservando os interesses das elites dominantes na América Latina além de promover os interesses hegemônicos dos EUA, que desejava manter a América Latina dentro de sua esfera de influência e controle.

A política externa norte-americana para a América Latina sempre foi marcada por uma continuidade de intervenção e expansionismo, visto os interesses econômicos, políticos e militares na região. A liderança contra insurgente dos Estados Unidos foi exercida nos países do Cone Sul nos anos 1970-1980. Como mostrado ao longo desse trabalho, a CIA e o Pentágono foram fundamentais na organização dos primeiros fundamentos da Condor e militares dos EUA e as forças de inteligência proveram tecnologia e infraestrutura, além de colaborar ativamente com ele.

A hegemonia norte-americana para preservar seus interesses políticos, econômicos e militares na América do Sul, além de garantir sua posição de hegêmona no sistema internacional, agiu junto com as ditaduras para reprimir os movimentos sociais, disseminando a ideia da DSN de um inimigo interno, ou melhor, o comunismo. As instituições militares agiram com apoio dos EUA, quando o controle do Estado foi contestado por setores sociais e líderes políticos que buscaram mudança estrutural nas arenas de interesses norte-americanos. Assim, a política dos EUA na Guerra Fria foi marcada pelo expansionismo na tentativa de aumentar a influência e hegemonia norte-americana, através da disseminação do capitalismo de livre mercado e do liberalismo, mesmo que para isso fosse preciso financiar ditaduras militares.

Ainda que restem muitos documentos a serem desclassificados, é possível identificar que os EUA não só colaborou com a Operação Condor e aproveitou para avançar os interesses norte-americanos, mas também desempenhou um papel indispensável na sua gênese e funcionamento. Como analisado, durante a Guerra Fria os estrategistas norte-americanos usaram da justificativa econômica e ideológica para o apoio dos EUA aos ditadores militares do Cone Sul em uma política de contenção do comunismo.

Com a desclassificação dos documentos do “*Archivos del Horror*” no Paraguai, abriram-se novas possibilidades para decifrar a história recente da América Latina. Foi comprovado o terrorismo de Estado praticado pela aliança militar entre Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, ***RICRI Vol. 1, No. 1, pp. 30-52***

Bolívia e Chile, subsidiado pelos EUA. Ainda assim, é preciso uma maior apuração das responsabilidades e participação de cada ator, para que os estudos nessa direção não caiam no esquecimento.

## **Referências**

AARC Public Library Contents. Assassination Archives and Research Center. Disponível em: <[http://www.aarclibrary.org/publib/contents/church/contents\\_church\\_reports\\_ir.htm](http://www.aarclibrary.org/publib/contents/church/contents_church_reports_ir.htm)> Acesso em: 29 de abril de 2013.

ABROMOVICI, Pierre. “O Pesadelo da Operação Condor”. Le Monde Diplomatique Brasil, 2001. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=401&tipo=acervo>>. Acesso em: 20 de março de 2013.

ALBANO, F. J. H. (2006). “O Primeiro 11 de setembro: a participação norte-americana no golpe militar do Chile”. Revista de Economia & Relações Internacionais. FAAP, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 112-124.

ALTMAN, Max. (2011). “Hoje na História: 1973- Golpe Militar inicia ditadura no Uruguai”. São Paulo. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/13050/hoje+na+historia+1973++golpe+militar+inicia+ditadura+no+uruguai.shtml>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

ANDRADE, Everaldo. (2005). “Bolívia, 1964 – Os militares também golpeiam”. São Paulo, pág. 131-146. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume31/6\\_Artigo\\_p131.pdf](http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume31/6_Artigo_p131.pdf)>. Acesso em: 14 de janeiro de 2013.

BARACUHY, Braz. (2006). “A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira”. Contexto Internacional. vol.28, n.2, pp. 355-397.

BARROS, C. M. (2007). “A Ditadura Militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos”. São Bernardo do Campo: Disponível em: <<http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf>>. Acesso em: 2 de maio de 2013.

BATISTA, N. F. G. “O Realismo Neoclássico e a Guerra no Iraque (2003): Petróleo, Armas e a Ideologia Neocon”. São Paulo: UNESP. Disponível em: <[http://prope.unesp.br/xxi\\_cic/27\\_34697046862.pdf](http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_34697046862.pdf)>. Acesso em: 14 de maio de 2013.

BETHELL, Leslie. (1994). “The Cambridge History of Latin America – Latin America Since 1930”. Economy, Society and Politics. New York: Cambridge University Press, v. 6,

BRANDS, Hal. (2010). “Latin America’s Cold War”. Harvard University Press.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. (2009). “Dicionário de Política”. Brasília: UnB.

Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Archivo del Terror, Paraguai. Disponível em: <<http://www.nsarchive.org/CDyA>>. Acesso em 31 ago. 2012.

CERVO, A. L. (2001). “Relações Internacionais da América Latina. Velhos e Novos Paradigmas”. Brasília: IBRI.

COMBLIN, Joseph. (1980). “A Ideologia da Segurança Nacional”. Tradução por FIALHO, A. V. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 3. Ed..

CRANDALL C. R (2008). “The United States and Latin America after the Cold War”. Cambridge.

CUNHA, Luiz Cláudio. (2008). “Operação Condor - O Sequestro dos Uruguaios: Uma Reportagem dos Tempos da Ditadura”. Porto Alegre: L&PM.

D'ARAÚJO, C. M.; CASTRO, C. (2000). “Democracia e Forças Armadas no Cone Sul”. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

DINGES, John. (2005). “Os Anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul”. São Paulo: Companhia das Letras.

FERNANDES, A. S. (2012). “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: A geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. Brasília: CAPES.

FICO, Carlos. (2008). “O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

PENNA, P. F. (2009). “O Itamaraty nos anos de chumbo – o centro de informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)”. IBRI, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/358/35814269003.pdf>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

FRANCA, Ludmila. (2011). “América Latina e as ditaduras militares: fatores históricos”. Instituto Norberto Bobbio. Disponível em: <<http://norbertobobbio.wordpress.com/2011/06/27/america-latina-e-as-ditaduras-militares-fatores-historicos/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

HERZ, Monica. (2002). “Política de Segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria”. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 16, nº 46. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300007)>. Acesso em: 4 de abril de 2013.

JUNEAU, T. (2010). “Neoclassical Realist Strategic Analysis: A Statement”. Dublin: European Consortium on Political Research.

LOBELL, S.; RIPSAN, N.; TALIAFERRO, J. (2009). “Neoclassical Realism, the State, and the Foreign Policy”. New York: Cambridge.

McSHERRY, J. P. (2005). “Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America”. USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc..

MOREIRA, L. F. V.; QUINTEROS M. C.; SILVA, A. L. R. (2010). “As relações internacionais da América Latina”. Petrópolis: Vozes..

NARLOCH, Leandro; TEIXEIRA, Duda. (2011). “Guia Politicamente Incorreto da América Latina”. São Paulo: Leya.

PECEQUILO, C. S. (2011). “A política externa dos Estados Unidos”. Rio Grande do Sul: UFRGS.

PLÁCIDO, “Operação Condor: Uma Articulação Multinacional do Terror das Ditaduras Militares do Cone Sul das Américas”. *Jornal Inverta, Voz Operária – Edição Digital*, São Paulo, 27 jan. 2009. Disponível em: <<http://inverta.org/jornal/edicao-impressa/432/debate/operacao-condor-uma-articulacao-multinacional-do-terror-das-ditaduras-militares-do-cone-sul-das-americas>>. Acesso em: 04 set. 2012.

SANTORO, M. (2006). “Democracia e Política Externa no Cone Sul da América Latina”. Observatório Latino Americano.

SMITH, Peter H. (1996). “Talons of the eagle – *dynamics of U.S. – Latin American relations*”. New York: OUP.

SOARES, T. S. R. (2010). “A Política Africana do Brasil de 1995 a 2010. Uma abordagem realista neoclássica”. Brasília.. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/675/1/20667242.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2013.

SOUZA, Fabiano. (2011). “Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas”. Rio Grande do Sul: Aedos, vol. 3, num. 8, Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/12769/11960>> Acesso em: 20 de out. 2012.

VIDIGAL, A. A. F.(2007). “Algumas Tendências da Política Externa dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria”. Rio de Janeiro: Revista Intellector, vol. 3, nº 6. Disponível em:<<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2007-06/almvidigal-2007.pdf>>. Acesso em: 29 de abril de 2013.